

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em outubro de 2022, foi notícia um conjunto de prováveis violações, por parte da Fundação Casa da Música, do Código dos Contratos Públicos e do Estatuto do Mecenato. As notícias remeteram na altura para o site fugasdacasa.net, que se mantém no ar, e onde se descrevem e documentam os mecanismos utilizados por empresas privadas, em conluio com os sucessivos Conselhos de Administração, para, "aproveitando o seu duplo estatuto de mecenas e membros dos órgãos de gestão da Fundação Casa da Música (financiada pelo Estado com 10 milhões de euros anuais), retirarem benefícios próprios ilegais que ascendem a muitos milhares de euros por ano". Foi então focada também a troca de acordos de mecenato por benefícios dados às empresas, materializados quer em negócios sem os trâmites obrigatórios da contratação pública, quer em publicidade gratuita, incumprindo a Lei do Mecenato. Foi ainda nesse contexto que o jornal Público revelou que estavam a decorrer investigações pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas.

No seguimento destas notícias, por requerimento do Bloco de Esquerda, foram ouvidos na Comissão Parlamentar de Cultura o Conselho de Administração (CA) da Fundação e o Ministro da Cultura, do que resultou, por exemplo, a confirmação pelo presidente do CA da Fundação de que foram prestados esclarecimentos ao Tribunal de Contas sobre aquelas matérias. Também foi feita a defesa, quer por parte do presidente do CA da Fundação quer do Ministro da Cultura, de que aquelas não eram práticas ilegais.

Ficou por apurar, contudo, quem beneficiou daquelas alegadas irregularidades e da falta de transparência no uso de dinheiros públicos, durante uma grande parte da vida desta Fundação. Ficou por apurar quem foram os responsáveis pelas referidas práticas e se continuam em funções de gestão na Casa da Música. Ficou por esclarecer que papel tiveram vários membros dos órgãos de gestão da FCM que exerciam, cumulativamente, funções remuneradas nos órgãos de gestão de empresas que, ao que tudo indica, eram beneficiárias de negócios pouco transparentes com a FCM. E não se esclareceram outras questões. Por exemplo, como pôde, segundo a informação tornada pública, uma entidade ser anunciada em todas as publicações da Casa da Música como "mecenas principal", durante todo o ano de 2020, sem contribuir com um

único cêntimo?

Em face de factos que, em última análise, põem em causa as putativas virtudes do modelo fundacional - que mostrou prestar-se à falta de transparência e à canibalização de dinheiro público por parte de determinadas empresas privadas - foi então anunciado um “grupo de reflexão”, criado por sugestão do Ministro da Cultura, destinado a repensar o modelo de governação da Casa da Música. Já em Fevereiro deste ano, o Ministro da Cultura, o Presidente da Câmara do Porto e a Presidente da Câmara de Matosinhos endereçaram uma carta conjunta ao mesmo “grupo de reflexão” que denotava preocupação com o desenvolvimento do trabalho deste grupo e onde se fazia um grande número de sugestões, nomeadamente quanto à necessidade de se ouvir os trabalhadores e de se assegurar a presença de um representante destes no Conselho de Administração, a maior capacidade de cooperação com outros agentes culturais ou o cumprimento do seu papel de programação de música de todos os géneros. Mais de um ano depois da denúncia e decorrido tempo equivalente desde o anúncio deste grupo de reflexão, não há qualquer informação sobre os resultados do seu trabalho que se chegaram a prever para maio deste ano.

Acresce que, segundo o Bloco de Esquerda pôde entretanto verificar, nomeadamente pela consulta do portal Base.gov, a quantidade de contratos que passaram a ser publicados no portal, e que não o eram anteriormente aumentou exponencialmente – relativos a seguros, assessoria jurídica, energia, segurança, telecomunicações e muitos outros serviços. As práticas tidas por não ilegais passaram, aparentemente, a ser tratadas de forma radicalmente diferente pela Fundação Casa da Música. Assim como se pode constatar que alguns dos benefícios denunciados cessaram após a denúncia, como por exemplo a inclusão de publicidade gratuita em brochuras de programação. Há, em contrapartida, uma diminuição da transparência no que respeita ao mecenato da FCM nos seus Relatórios de Atividades e Contas, onde já não é possível obter informação acerca dos valores dos contributos de cada mecenas, como antes acontecia.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda entende que estes são temas demasiado importantes para ficarem esquecidos, não só pela gravidade dos comportamentos denunciados, como pela importância da Casa da Música enquanto instituição de cultura e parte das políticas culturais públicas. O Ministério da Cultura criou a expectativa de mudanças importantes naquela estrutura, que possam corrigir erros e irregularidades e que permitam um horizonte de futuro com mais transparência financeira, melhor gestão dos bens públicos e melhor cumprimento da sua missão. Mas, até hoje, nada de novo foi anunciado.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. O Ministério da Cultura tem conhecimento das conclusões ou do estado das investigações do Ministério Público e do Tribunal de Contas aos alegados incumprimentos, pela Fundação Casa da Música, da Lei do Mecenato e do Código dos Contratos Públicos?
2. Que consequências internas existiram, na Fundação Casa da Música, em virtude das denúncias e divulgação das referidas ilegalidades? Houve preocupação em sancionar responsáveis pelas ilegalidades?
3. Que conclusões foram produzidas pelo chamado “grupo de reflexão” da Casa da Música, após quase um ano de funcionamento, tanto no geral, como no que respeita às questões lançadas pela carta conjunta do Ministro da Cultura, do Presidente da Câmara do Porto e da

Presidente da Câmara de Matosinhos, tornada pública já este ano?

Palácio de São Bento, 8 de novembro de 2023

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)